

ANA CRISTINA MARTINS\*

## ***Lost in translation? Antiguidades, Reforma e Contra-Reforma: breves reflexões sobre o caso português***

### ***Lost in translation? Antiquities, Reform and Counter-Reformation: reflections on the Portuguese case***

“A arte tem capacidade de assumir essa sempre renovada dimensão trans-contemporânea, de surpreender pelas infinitas possibilidades de suscitar olhares críticos [...] dimensões catequética, emotiva e espiritual das obras enquanto intermediação.”<sup>1</sup>

#### **Nota introdutória**

Em plena (re)descoberta da excelência clássica, os Humanistas sublinham a relevância de certas tipologias documentais para lá das literárias e oratórias, no processo de conhecimento do pretérito. Herdando da medievalidade o apreço pelo estudo filológico e literário, fascina-os a análise epigráfica enquanto testemunho tangível de um passado nem sempre entendível. Mais do que isso, identificando omissões, amorfismos e visões truncadas do passado, estes estudiosos procuram discerni-lo de uma forma que entendem mais directa e objectiva porquanto presumidamente despojada dos filtros aplicados ao longo dos tempos por quem relatava, interpretava e transmitia episódios transactos. Censurando a dominante atitude acrítica prevalecente no seio dos cronistas medievais, afirmam, também deste modo, o fulgor intelectual nutrido por uma burguesia ávida de rasgar enraizadas convenções sociais.

---

\* IHC – NOVA FCSH – Pólo da Universidade de Évora, Portugal. *E-mail*: ana.c.martins@zonmail.pt | acmartins@uevora.pt.

1 Serrão 2012, 106.

O Humanismo inicia, pois, mormente em Itália, um longo trilho conducente à afirmação da ciência arqueológica, entre muitas outras áreas do conhecimento. É para este período de renovadora e inspiradora efervescência intelectual que podemos fazer remontar a prática da salvaguarda de fragmentos de uma memória resgatável apenas através da metodologia antiquarista, à qual não foram estranhos letrados portugueses.

Embora a Idade Média portuguesa tenha assistido ao interesse pontual de elites pelo colecionismo, é o Renascimento que reforça a sua aproximação a determinados centros culturais europeus, mesmo que a sua geografia dite, por vezes, uma recepção moderada dos parâmetros oriundos de além-Pirenéus, sobretudo pelo ascendente verificado no país do aristotelismo e contra-reformismo.

Caberá, entretanto, ao teólogo e intelectual dominicano André de Resende (c. 1500-1573) implementar o preceito antiquário, nomeadamente através dos estudos epigráficos, pesem embora as suspeitas lançadas sobre testemunhos que teria forjado para enaltecer a Évora clássica<sup>2</sup>. Também o historiador Damião de Góis (1502-1574) se destaca como colecionador de peças greco-romanas, e o artista e ensaísta Francisco de Holanda (1517-1584) exalta o substrato clássico. Enquanto isso, o historiador João de Barros (1496-1570) e o clérigo e genealogista Gaspar Barreiros (c. 1515/16-1574) descrevem espécimes antigos encontrados nas suas viagens, antes de o sacerdote e historiador Manuel Severim de Faria (1583-1655) se dedicar à recolha de numismas, esculturas e objectos reconhecidos como arqueológicos, mais de um século depois e quase em concomitância à publicação da *Monarchia Lusitana* de Frei Bernardo de Brito (1569-1617), em cujo primeiro volume (1597), dedicado *as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nascimento de nosso sñor Iesu Christo*, se mencionam estruturas mandadas erguer em Évora no período romano (Encarnação 2001-2002).

A herança clássica é, assim, e uma vez mais, chamada a legitimar aspirações políticas, ao mesmo tempo que preenche preceitos estéticos recuperados pela *conformitá* albertiana para confirmar as regras vitruvianas e teorizar a *ars aedificatoria*. Por isso se re-memorizam fragmentos perdidos, condenados ou ocultados pela medievalidade, promovendo a compilação de vestígios clássicos plasmados em manuscritos, arquitecturas, esculturas, epígrafes e numismas, enquanto se elencam reportórios iconográficos e se instituem arquivos de Estado<sup>3</sup>.

Nada, porém, que impeça o pragmatismo re-utilitário de edifícios antigos numa época em que as pretensões hegemónicas espanholas sobre o território português parecem ameaçar a integridade das fortificações militares cuja conservação é assegurada

2 Cf. Encarnação 1991, 193-221. Mas é também em autores como A. de Resende que se observa como “Desta explosão cultural, ao mesmo tempo classicista e humanística, resultaram tensões, cujo centro era a polémica entre a luz da Renascença e as trevas da Idade Média [...]” (Rodrigues 1981, 34).

3 Leniaud 2002, 78.

pelas Ordens Militares, designadamente pelo reaproveitamento que fazem de sistemas defensivos anteriores, incluindo do período muçulmano.

### **Entre antiguidades clássicas e nacionais: visão geral**

De um modo geral, a historiografia da evolução do pensamento patrimonial e arqueológico tem sido consensual ao entender a Reforma e a Contra-Reforma como embrionárias do conceito de ‘antiguidade nacional’ enquanto pedra angular do que se viria a entender como ‘história nacional’<sup>4</sup>. Uma história particularmente relevante quando a Europa central e setentrional reforçava sentimentos patrióticos essenciais a uma burguesia urbana dependente da formação e fortalecimento de estados-nação tecidos fora da bordadura clássica reclamada pelo Vaticano. Por isso, também a produção cultural e científica era agora recentrada em países como a Holanda, a Inglaterra, a Alemanha e a França<sup>5</sup>.

Tratar-se-á, no entanto, de uma leitura algo redutora, atendendo a que a afirmação humanista e renascentista permite englobar as raízes ‘godas’ ou medievais na investigação antiquarista. É uma atitude, na verdade, dissemelhante – mais do que complementar – à consagração do classicismo manifestada pela maioria dos autores coevos. A atenção redobrada obtida através de uma circulação mais célere de textos (de teologia, direito, medicina, etc.) multiplicados pela imprensa alimenta os mercados universitário e eclesiástico. Assim, também se assiste ao aumento de cultores do passado medieval entre os produtores historiográficos que privilegiam os seus idiomas maternos em detrimento do latim para maior disseminação das suas obras junto de públicos mais ecléticos. Uma posição reencontrada já em pleno Neoclassicismo, quando o predomínio da estética mediterrânica insta à glorificação romântica da singularidade norte e centro-europeia de tradição medieval e, nalguns casos, pré- e proto-histórica.

Não se trata, no entanto, propriamente de uma inovação neste contexto geográfico. O século XVI alberga o lamento relativo ao aparente desapareço da intelectualidade ocidental pelos seus alicerces medievais, mormente paleocristãos, empenhando-se, também por esta via e sob o signo da Reforma e Contra-Reforma, em transferir o epicentro político e económico dos litorais clássicos para paisagens bucólicas de uma Europa imersa em Invernos rigorosos. Assim se franqueia o caminho à afirmação definitiva das ‘antiguidades nacionais’ junto da intelectualidade europeia.

Com efeito, as críticas dirigidas por Martim Lutero (1483-1546) à Igreja Católica, a sua condenação por Bula papal e as consequências sobrevindas ao Saque de Roma (1527), esse impiedoso exercício iconoclasta<sup>6</sup> redobrado na França huguenote<sup>7</sup>, conduzem à revisão de procedimentos eclesiásticos, incluindo os estéticos, onde a Igreja

4 Sobre este assunto *vide*, por exemplo, Hobsbawm 2012.

5 Solís e Sellés 2005, 2007 e 2008, 289.

6 Martínez-Justicia 2000, 119. Lembrar, no entanto, que a iconoclasia constituía prática ancestral registada desde, pelo menos, o pré-classicismo (Besançon 2001; Kolrud e Prusac 2014; Brubaker e Haldon 2015).

7 Réau 1994, 77.

cumula protagonismos. Trata-se de um conjunto de manifestações de intolerância e destruição que não impede a circulação de conhecimentos, facilitada agora por uma série de inovações, entre as quais a imprensa e o associativismo erudito aliados à secular utilização do latim enquanto elemento agregador da intelectualidade<sup>8</sup>.

Para apaziguar as censuras mais inflamadas, como as remetidas a um escasso Humanismo teológico, o Concílio de Trento (1545-1563) promove o aristotelismo e determina o retorno aos modelos primordiais da Igreja<sup>9</sup>. Estas decisões incentivam o culto dos santos e mártires, de que a recolha de relíquias configura apenas um exemplo e modo de reiterar o predomínio do poder espiritual sobre o temporal. Por isso também se demolem, incorporam e cristianizam estruturas clássicas (= pagãs) para assim afastar os ecos reformistas<sup>10</sup>. Mas, se tais deliberações logram esbater radicalismos protestantes, permitem de igual modo promover o estudo da Martirologia, dos primitivos locais do culto cristão, das relíquias e de figuras régias defensoras do Cristianismo.

Filipe II de Espanha (1527-1598) é um destes casos<sup>11</sup>. Assegurando a preservação e divulgação do pretérito medieval cristão após o letargo renascentista neste capítulo, o monarca dual prossegue a tradição da Casa Real espanhola na protecção das artes, não apenas por ser entendida como prerrogativa nobre, mas por ser um instrumento privilegiado de validação de agendas ideológicas e políticas. Um mecenato que é agora firmemente vinculado à esfera do sagrado<sup>12</sup>:

O papel renovador do Concílio de Trento para valorizar o património secular da Igreja Católica assentou e teve ênfase numa prática que teve assento na conservação e reconquista da sua *auctoritas*, na valorização do cristianismo primitivo, na afirmação litúrgica dos cultos específicos (mariano, dos Santos, das relíquias e das imagens sagradas) e a definição de princípios artísticos normativos e de controlo da *Ecclesia*. Com a última sessão conciliar e o debate sobre as normas de representação, a arte sacra passou a reforçar a primeira linha desse princípio da *auctoritas*, face aos ataques protestantes.<sup>13</sup>

De novo, são sobretudo necessidades específicas de legitimação a justificar a maioria dos estudos antiquaristas. Em concomitância, suscita-se o restauro de centros primários de culto cristão com vista ao fortalecimento do ideário católico, onde preponderam ainda práticas pagãs e as visões protestantes conquistam terreno, mesmo que a reforma teológica vele intuitos económicos esteados no individualismo burguês ratificado pela soberania inglesa<sup>14</sup>. Ademais, a Inglaterra isabelina avigora o reconhecimento henriquino da pertinência da memória plasmada em patrimónios utilizados amiúde para

8 Solís e Sellés 2005, 2007 e 2008, 288-289.

9 McGrew, Alspector-Kelly e Allhoff 2009, 97-100; Rodrigues 1981, 3.

10 Martínez-Justicia 2000, 106. Sobre este assunto *vide* também Raguin 2016.

11 Hernández-Hernández 2002, 37-38; López-Trujillo 2006, 81.

12 Bolaños 1997, 43.

13 Serrão 2012, 110.

14 Brooks 1999, 16.

vincar agendamentos sustidos num crescente poder económico<sup>15</sup>. Uma fruição exercida quando a extinção de casas religiosas justifica o inventário detalhado de estórias, lendas e memórias orais, a par da recolha de objectos importantes para um melhor conhecimento da história local e engrandecimento de colecções, para com elas se tecerem genealogias essenciais a determinadas pretensões políticas e sociais<sup>16</sup>. Entretanto, o mundo escandinavo procura distinções no seu passado que permitam recentrá-lo no xadrez político europeu<sup>17</sup>.

Independentemente destas circunstâncias, as reformas tridentinas permitem rasgar caminho a antiquaristas num momento em que os edifícios medievais incorporam simbologias católicas idealizadas pela Contra-Reforma, designadamente no Norte europeu, onde as tradições endógenas são representadas em gramáticas góticas, em contraponto ao repertório clássico, considerado pagão e corruptor<sup>18</sup>. Este programa medieval é reivindicado agora por seus presumíveis sucessores – os protestantes germânicos –, inflamados com a querela lançada contra a Roma papal em nome do revigoramento espiritual europeu. Este rejuvenescimento é visível na recuperação da técnica construtiva medieval e no reforço da prática parlamentar alicerçados no princípio de liberdade de pensamento, acção, comunhão e de presumíveis procedimentos identitários das antigas tribos germânicas. Por outras palavras, assiste-se à recuperação do “semantismo gótico”<sup>19</sup> revisitado em produções literárias de inspiração medieval, a exemplo do poema *Nibelungenlied* (c. 1200), esse verdadeiro épico de resistência à supremacia cultural greco-romana redigido em alto alemão médio<sup>20</sup>.

Beneficiados com o movimento tridentino, os intelectuais quinhentistas podem por fim indagar uma outra ‘antiguidade’ além da clássica. Outra antiguidade que, à semelhança desta, vinca ambições pessoais e institucionais, reforçadas agora por motivações religiosas. Entrementes, intelectuais como os naturalistas italianos Ulisses Aldrovandi (1522-1605) e Michel Mercati (1541-1593), e o primeiro coleccionador escandinavo, o dinamarquês Ole Wörm (1588-1654) (com antecedentes familiares luteranos),

---

15 Disto são exemplo os trabalhos produzidos por John Leland (c. 1503-1552) e William Camden (1551-1623), autor de *Britannia* (1586), como paradigma das agendas nacionalistas que importa afirmar, possivelmente na esteira de um ensaio prévio da autoria do sacerdote espanhol Ambrosio de Morales (1513-1619), *Las antigüidades de las ciudades de España* (1577). Simultaneamente, J. Leland encontra-se – assim o entendemos – na génese da futura história local como célula primeira do conhecimento historiográfico e aprofunda a leitura do território para um melhor entendimento do pretérito, conquanto truncado, assumindo-se também assim como precursor do olhar privilegiado e atento a lançar sobre reminiscências estruturais do passado enquanto elementos intocados por narrativas apologéticas que deturpam, ocultam e recriam realidades de antanho para comodidade de anseios presentes e suas vinculações futuras.

16 Trigger 1992, 53-54.

17 É o caso do tutor e conselheiro de Gustav II (1594-1632), o bibliotecário-mor do reino, o sueco Johannes Bureus (1568-1652).

18 Martínez-Justicia 2000, 118.

19 Bolaños 1997, 46.

20 Poema adaptado por Richard Wagner (1813-1883) ao ciclo de quatro óperas épicas intitulado *Der Ring des Nibelungen* (1874).

compõem gabinetes de curiosidades naturais e artificiais<sup>21</sup>. Gabinetes de teor enciclopédico – microcósmino e ‘transitável’<sup>22</sup> –, que se adequam à premência tridentina de restituir a harmonia estremecida pela Reforma e nutrem a cultura da curiosidade recolocada ao serviço da fé<sup>23</sup>. Pertencendo, na maioria dos casos, à burguesia ascendente, os seus mentores deixam-se, em todo o caso, influenciar pela prática clássica do naturalismo, onde pontuam os estudos geológicos em cuja esfera se desenvolverá o experimentalismo científico e o museu se afirmará enquanto espaço de pedagogia, a exemplo do *Asmolean Museum* (Oxford, 1683).

Mas o que mais diferencia estes cultores dos seus predecessores é a tónica colocada no estudo das antiguidades paleocristãs, mormente na forma de túmulos isolados – enquanto *não ausências* –, de santos e mártires, e de catacumbas. Estes artefactos terão no frade beneditino francês Bernard de Montfaucon (1655-1741) – que, curiosamente (ou nem tanto), publica trabalho sobre dólmenes<sup>24</sup> –<sup>25</sup> e no literato, esteta e militar conde de Caylus (1692-1765) alguns dos seus principais propugnadores, talhando e consolidando o conceito de ‘antiguidade nacional’<sup>26</sup> enquanto sinónimo de reminiscência medieval a identificar e a registar com detalhe:

Com Baronio, a defesa dos “factos históricos” através da compilação da história da Igreja Católica constitui um pólo de interesses articulados, em que se defendia a análise rigorosa das fontes documentais, filologicamente organizadas, integrando nesse estudo as preexistências arquitectónicas (paleocristãs, românicas e góticas) e seguindo um método de revalorização do património católico em todos os territórios de implantação. As fontes históricas passavam a ser objecto de dupla investigação, filológica e patrimonial [...] pontuando [...] uma eficaz pesquisa de arquivo.<sup>27</sup>

Esta abordagem exige o recurso ao exigente método histórico-filológico amplamente utilizado pelos Humanistas, assim como a ordenação (= classificação) de conceitos e argumentos, num esclarecedor vínculo entre Cristianismo e Humanidades<sup>28</sup>.

Tudo parece, pois, confluír para que se instale um ambiente propício à constituição de academias, provinciais ou não, que em muito contribuirão para o desenvolvimento cultural das respectivas geografias de actuação, numa quase evocação do modelo platónico. Entretanto, a institucionalização desta nova realidade científico-cultural elitiza

21 Mauriès 2011.

22 Bolaños 1997, 59.

23 Bolaños 1997, 57; Schaer 1993, 21.

24 Trigger 1992, 60.

25 Choay 2009, 103-115.

26 Em 1719, B. de Montfaucon publica *L'Antiquité expliquée et représentée en figures*, configurando uma nova maneira de estudar e de apresentar o passado. Abrindo assim caminho às abordagens neoclássicas e, em concreto, ao imperativo de construir a história a partir de fontes primárias, Montfaucon dá à estampa, entre 1729 e 1733, *Les Monumens de la monarchie française, qui comprennent l'histoire de France, avec les figures de chaque règne que l'injure des tems a épargnées*.

27 Serrão 2012, 111.

28 Calafate 2001, 64 e 67.

condutas e justifica recolhas literárias ilustrativas do génio tardo-medieval, particularidade importante numa época em que já não é suficiente dominar política e militarmente, urgindo preponderar nas artes, nas letras e nas ciências. Por isso também se observa o despontar do exercício ‘pré-arqueológico’ enquanto se reavivam os estudos artísticos, se multiplicam os ‘gabinetes de curiosidades’ e os ‘jardins arqueológicos’<sup>29</sup> e se formam ‘museus de papel’ onde o poder régio inicia o longo processo de protecção patrimonial enriquecido com representações do domínio ultramarino. O epicentro das rivalidades existentes entre Casas Reais europeias é assim transposto, de modo gradual, para um âmbito iminentemente cultural, numa altura em que o Maneirismo robustecerá a partir do modelo colecionista gizado oficiosamente pelo cardeal italiano radicado em França, Jules Mazarin (1602-1661). Este modelo será adoptado a breve trecho pela próspera burguesia e a monarquia absolutista, embora a Igreja continue a dominar o ainda incipiente mercado artístico e de antiquariato.

### **Entre antiguidades clássicas e nacionais: um caso português**

Embora localizado numa (discutível) periferia geográfica europeia<sup>30</sup>, Portugal não passa incólume a este processo. Nem podia passar, pois muitos e distintos são os estrangeiros letrados presentes no seu território, como vários são os bolseiros portugueses regressados de universidades europeias<sup>31</sup>. Esta periferia territorial, se não condicionou a forma e o conteúdo da adopção e/ou adaptação de novidades trans-pirenaicas, poderá explicar a relativa celeridade observada na deslocação, quase imediata e linear, dos teoremas naturalistas do Renascimento para uma devoção neo-estóica.

Entretanto, persiste-se na manutenção de edifícios antigos, mais para legitimação dinástica do que em função do seu intrínseco ou atribuído *valor* artístico ou histórico, uma circunstância que é vivida em Portugal pelos últimos representantes da Casa de Avis/Beja. Disso é exemplo o Cardeal-Rei D. Henrique (1512-1580). Apesar de formado em ambiente predominantemente clássico, antes de alcançar o arcebispado de Évora (1540-1578) e após ocupar a cátedra da arquidiocese bracarense (1533-1540), D. Henrique afirma-se já em plena atmosfera contra-reformista certificadora de demolições e adaptações de estruturas romanas, para assim sobrepor simbolicamente a religião católica sobre práticas pagãs. Estas práticas possibilitam a emergência de um vasto campo de investigação e a recolha de materiais passíveis de integrar, redimensionar e reconfigurar colecções privadas. É o caso das pequenas colectâneas existentes no Paço de Vila Viçosa, compostas pela futura dinastia brigantina, enquanto D. João III (1502-1574) reapropria e reutiliza os signos salomónicos manuelinos para validar um projecto monárquico ancorado nos primórdios da nacionalidade.

29 Hernández-Hernández 2010, 47-51.

30 Sobre este assunto *vide*, por exemplo, Gavroglu, Patiniotis e Papanelopoulou 2008, 153-175.

31 Rodrigues 1981, 28-29 e 39.

Trata-se de um conjunto de procederes pouco surpreendente quando o Humanismo, “como se definiu entre nós no reinado de D. João III, [funde] numa unidade orgânica três componentes essenciais, entre as quais a consciência das realidades históricas nacionais, para redefinição da identidade e universalidade do ser e modo de ser lusíadas”<sup>32</sup>. Estes são pilares fundamentais num momento de exigência centralizadora do poder régio absoluto (nomeadamente para contenção da ameaça reformista), ao qual não estranhava a comunhão humanista entre ibéricos<sup>33</sup>.

Pertencendo a uma das famílias mais importantes e poderosas do Reino, D. Teotónio de Bragança (1530-1602), quarto Arcebispo de Évora (1578-1602), torna-se nuclear na Igreja Católica portuguesa de finais de Quinhentos. Mais do que isso, assume esse papel em plena Monarquia Dual, numa altura em que se procura cimentar agendas pessoais, principalmente de índole política. Para isso se recorre também a uma determinada gramática construtiva e a iconografia decorativa palaciana e conventual, sobrelevando embora a “função (liturgia e rito) em detrimento da forma (arquitectura)”<sup>34</sup>, devidamente ratificadas pelo Vaticano com base nos escritos do cardeal italiano da Contra-Reforma, Carlos Borromeo (1538-1584), para assim se materializar também o Catolicismo renovado<sup>35</sup>.

Iniciando a formação junto de seu irmão D. Teodósio I, duque de Bragança (1505-1563), no Paço de Vila Viçosa, uma das principais cortes humanistas peninsulares, de reputada tradição erudita, D. Teotónio entra para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra – a ‘Lusa Atenas’ –, onde estuda Humanidades. De seguida, ingressa no Colégio da Companhia de Jesus da mesma cidade. Parte depois para Roma a fim de aprofundar os estudos em colégio jesuíta, antes de se formar nas Universidades de Paris (1555-1559) e de Bordéus, onde se doutora em Teologia (1574), para logo continuar o seu percurso académico na Universidade de Salamanca.

D. Teotónio de Bragança pode acompanhar assim as principais novidades culturais da época pelas muitas viagens que realiza a territórios tão distintos quanto o italiano, o francês, o inglês e o espanhol. Novidades que transporta até ao seu país de origem onde se assume como um intelectual do seu tempo e para o seu tempo.

Teólogo e homem de Igreja, com ampla intervenção social de recorte tridentino, D. Teotónio de Bragança destaca-se como mecenas das artes e das letras empenhado em metamorfosear Évora – a ‘Nova Roma’ artística – na urbe nuclear da Contra-Reforma em Portugal, logo após Lisboa<sup>36</sup>.

Por isso também manifesta um apreço singular pelas *rovine* paleocristãs que procura recuperar através do *restauro storico* reconhecido pelo papado de

32 Rodrigues 1981, 39-40.

33 Soares 2014, 29.

34 Marques 2007, 24.

35 Veiga 2005, 11 e 16.

36 Gomes 1983, 7-34; Gomes 1984; Hespanhol 1993; Palomo Del Barrio 1994.

Clemente VIII (1592-1605)<sup>37</sup>. Fá-lo de igual modo ao reforçar o culto de santos e mártires eborenses mediante novos estudos, incluindo “proto-arqueológicos”, e a reabilitação de lugares de devoção<sup>38</sup>, possivelmente na esteira do conhecimento obtido junto dos escritos de A. de Resende nesse sentido<sup>39</sup>. Entende-se assim melhor o interesse que dedica à localização das relíquias de São Torpes, cuja averiguação histórica lhe é solicitada pelo próprio Papa Sisto V (1585-1590).

Sintonizado com os ditames tridentinos vertidos nos textos do cardeal e historiador da Igreja, o italiano Cesare Baronio (1538-1607), D. Teotónio de Bragança contribui para a demanda “arqueológica” – ou “proto-arqueológica” – de vestígios materiais da Cristandade primeva. Promove com este intuito a identificação, registo, resgate, reutilização e adaptação de diferentes tipologias artefactuais, como sarcófagos, epígrafes, vestígios de frescos e trechos arquitectónicos. Pedacos ilustrativos de uma memória a recuperar com premência para reforço dos valores cristãos, transformando-os assim em instrumentos didácticos na sua valência visual, bi e tridimensional, a reconciliar com o ideário restauracionista emanado de Roma.

Mais do que isso, D. Teotónio de Bragança procura tecer deste modo uma *espécie de cartografia hagiológica do seu território*<sup>40</sup>, pois, ao engrandecer a sua arquidiocese, em termos históricos e cristãos, prestigia-se perante os pares e a posteridade. Daí que os materiais recolhidos, estudados, apresentados, fruídos e salvaguardados neste contexto coadjuvem na pretensão ibérica exercida em Roma acerca do pressuposto carácter hispânico da própria Cristandade. Razão bastante para que D. Teotónio impulsione a procura de relíquias de santos, a exemplo das de São Manços, autorizando a escavação das fundações da igreja da freguesia com o mesmo nome. Este facto, no seguimento da obra de A. de Resende, *Historia da antiguidade da cidade de Euora* (1576), substancia a reclamação concernente à origem eborense de alguns santos para valorização da cidade, da arquidiocese e, em última análise, do seu arcebispado, o mesmo é dizer, de D. Teotónio de Bragança. Um exercício de notoriedade que lhe importa seguramente ao não ocupar o ducado de Bragança, embora lhe pertencesse de sangue.

Mas um episódio similar é particularmente interessante para a história da arqueologia, por constituir, até ao momento, o primeiro testemunho da descoberta não fortuita de uma estrutura funerária (interpretada futuramente como) megalítica em território português, com descrição detalhada do ocorrido. Referimo-nos ao túmulo de São Torpes<sup>41</sup>, situado junto da foz da ribeira da Junqueira, a alguns quilómetros a sul de Sines, região contemplada mais tarde por Frei Manuel do Cenáculo

37 Serrão 2001, 343.

38 Serrão 2012, 15-17.

39 Serrão 2012, 167.

40 Sloan 2013, 28, 175-176 e 229.

41 Episódio que suscitou a exposição “Memórias da Praia de São Torpes: Lugar Mítico da Arqueologia Portuguesa”, patente no Museu Nacional de Arqueologia em 2016.

Vilas Boas (1724-1814) nas suas incursões em busca de materiais antigos que pudessem corporalizar lendas locais<sup>42</sup>.

Segundo relatos da época, no dia 7 de Junho de 1591 encontrara-se no local o *casco da cabeça*, a “*pomazinha quebrada de barro*” e a *estampa de pedra preta debuxada* cujo desenho será publicado em 1746 pelo militar, literato e secretário da Academia Problemática (Setúbal, 1721), Estêvão de Liz Velho<sup>43</sup> (1691-1748)<sup>44</sup>. Assumidos de imediato como relíquias e por isso também minuciosamente relatados, os objectos são transferidos para a igreja matriz da vila, a fim de reactivar o culto daquele mártir dos primeiros tempos do Cristianismo, numa atitude quase simbiótica entre arqueologia e devoção<sup>45</sup> e em contraste com as críticas protestantes dirigidas ao culto de relíquias. O objectivo é reforçado com o templo mandado erguer junto à estrutura escavada, por se tratar, à luz dos conhecimentos coevos, de lugar de culto paleocristão, convertendo-o assim num ‘templo-auditório’ – donde “didáctico” –, para quem o transpusesse e vivenciasse<sup>46</sup>. Serão, no entanto, necessários mais de dois séculos de produção de conhecimento para que a cronologia e as tipologias pré-históricas sejam devidamente atribuídas aos artefactos então encontrados.

### Algumas reflexões finais

Possivelmente de modo pouco ciente, os acontecimentos aqui brevemente elencados e analisados concorrem para a formação de parte significativa dos futuros núcleos patrimoniais do país, ao mesmo tempo que a Casa Real continua a preservar a gramática simbólica monárquica como recurso visual do seu poder. Com efeito, nem a ‘Era Filipina’ ignora a força dos signos enquanto símbolos de projectos dinásticos. Por isso perpetua a funcionalidade dos principais estaleiros de construção conectados à memória fundacional do Reino de Portugal. Daí também que o movimento brigantino que o acompanha e sucederá colecione exemplares antigos, como epígrafes dedicadas a *Endovellicus*, na sua maioria guardados e exibidos em Vila Viçosa, por ser este o epicentro de um novo poder em ascensão. Um poder que ambiciona alargar geograficamente, sendo São Torpes “um gesto claro do Arcebispo em pleno território sob a jurisdição da Ordem de Santiago, onde a sua jurisdição era limitada”<sup>47</sup>.

Este propósito é materializado também noutras dimensões culturais deste Paço, como a livresca, através da sua biblioteca, esse autêntico microcosmo do pensamento aceite (ou nem tanto). Aí se encontram títulos de referência, muitos dos quais ingressando agora com maior celeridade graças à imprensa. Entre os exemplares contidos

42 Morais 2009.

43 Estevam Diniz Velho, segundo Diogo Barbosa Machado, na obra *Bibliotheca Lusitana, histórica, critica e chronologica*, tomo IV, p. 114, dada à estampa em 1759.

44 Silva e Soares 1981, 23.

45 Serrão 2012, 113-114.

46 Serrão 2012, 190.

47 Pereira 2013, 53.

nas suas estantes, encontramos os escritos de Cesare Baronio (*vide supra*), como seria expectável de um intelectual da Igreja como Teotónio de Bragança. Obras que, somadas a outras, justificarão a particularidade de campanhas artísticas de pendor jubilar conduzidas por D. Teotónio na arquidiocese de Évora, patrocinando “a dinamização de velhos templos paleo-cristãos e de lugares tradicionais de culto de relíquias, abrindo a Igreja a novas iconografias de representação”<sup>48</sup>. Por isso D. Teotónio manda restaurar a igreja de São Manços (1596), onde se diligencia a manutenção de pré-existências, recorrendo para tal a averiguações “arqueológicas” no terreno, numa altura em que chegam a Portugal arquitectos italianos incumbidos por Filipe II de Espanha de avaliar o estado de estruturas defensivas, designadamente das existentes na costa alentejana. Especialistas que possuem profundos conhecimentos da gramática arquitectónica e decorativa clássica<sup>49</sup>.

Interessante, no entanto, verificar ser Évora e o seu termo administrativo mais próximo a protagonizar vários destes episódios, como sucedera a demais intelectuais e preladados ou falecidos no seu âmbito, convictos de que o pretérito clássico eborense legitimaria agendas pessoais através da recuperação e revalorização dos seus vestígios. Um prestígio que os autores procuram incorporar num projecto mais amplo, de enaltecimento da origem da monarquia portuguesa, sustendo-a em mitos fundacionais, sejam eles de raiz clássica ou bíblica<sup>50</sup>.

Ainda que carecendo de maior análise de conteúdo e dos contextos em que as obras são produzidas, questionamos em que medida tais acções “patrimonialistas” *avant-la-lettre* contribuem para o fortalecimento do Catolicismo entre nós, assim como para uma renovada narrativa histórica de tendência nacionalista patente no realçar da “herança” lusitana, em especial durante o domínio filipino. Perguntas que instam a um cotejar permanente e profundo de um conjunto de outras realidades entrelaçadas para afirmação de agendas ideológicas e políticas de dimensão local, regional, nacional e transnacional.

Será, contudo, o século XVIII a contribuir de modo mais significativo para o estudo, divulgação e preservação do património histórico-cultural<sup>51</sup>, numa altura em que o gravador e arquitecto italiano Giovanni Battista Piranesi (1720-1778) procura matizar a importância das antiguidades gregas glorificadas pelas *Society of Antiquaries* (Londres, 1707) e *Society of Dilletanti* (Londres, 1734) sob o eventual ascendente da *intelligentzia* de Edimburgo, então conhecida como a ‘Atenas do Norte’<sup>52</sup>.

Mas este é outro capítulo de uma longa e complexa história protagonizada por diferentes actores, espaços e projectos aos quais contamos regressar em breve.

48 Serrão 2012, 112.

49 Pereira 2013, 52.

50 Fernandes 2007; Martins 2003, 32-50; Martins 2003-2005, 65-69.

51 Sloan 2003.

52 Irwin 1997, 107. Não é a primeira vez que o revivalismo clássico, enquanto símbolo de prestígio, assoma no xadrez político europeu. Antes deste episódio, Francisco I de França (1494-1547) pretendia transformar Fontainebleau na “Roma do Norte” (Schaer 1993, 19), muito antes de Cristina da Suécia (1626-1689) aspirar a converter Estocolmo na ‘Atenas do Norte’.

## Referências

- Besançon, Alain. 2001. *The Forbidden Image: An Intellectual History of Iconoclasm*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bolaños, María. 1997. *Historia de los museos en España. Memoria, cultura, sociedad*. Gijón: Ediciones Trea.
- Branco, Ricardo Lucas de Sousa. 2008. *Italianismo e Contra-Reforma: A obra do arquiteto Baltazar Álvares em Lisboa*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Brubaker, Leslie, e John Haldon. 2015. *Byzantium in the Iconoclast Era, c. 680-850: A History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Calafate, Pedro. 2001. “André de Resende”. In *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. II (*Renascimento e Contra-Reforma*), dir. por Pedro Calafate, 63-69. Lisboa: Editorial Caminho.
- Choay, Françoise. 2009. *As Questões do Patrimônio. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- Cunha, Mafalda Ferin. 2002. *Reforma e Contra-Reforma*. Lisboa: Quimera.
- Encarnação, José d'. 2001-2002. “Da imaginação e do rigor”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 10: 387-404.
- Encarnação, José d'. 1991. “Da invenção de inscrições romanas pelo humanista André de Resende”. *Biblos* 57: 193-221.
- Fernandes, José Sílvio Moreira. 2007. “Estrutura e função do mito de Hércules na *Monarquia Lusitana* de Bernardo de Brito”. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 9: 119-150.
- Gavroglu, Kostas, Manolis Patiniotis, Faidra Papanelopoulou et al. 2008. “Science and Technology in the European periphery: some historiographical reflections”. *History of Science – An Annual Review of Literature, Research and Teaching* 46(2): 153-175.
- Gomes, Jesué Pinharanda. 1983. “O Arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança, fundador da Cartuxa, na vida de Santa Teresa de Jesus”. *Igreja Eborense* I: 7-34.
- Gomes, Jesué Pinharanda. 1984. *O Arcebispo de Évora Dom Teotónio de Bragança: Escritos pastorais*. Braga: Edição do Autor.
- Hernández-Hernández, Francisca. 2002. *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Gijón: Ediciones Trea.
- Hernández-Hernández, Francisca. 2010. *Los museos arqueológicos y su museografía*. Gijón: Ediciones Trea.
- Hespanhol, Maria Antónia. 1993. *Dom Theotonio de Bragança. O Primeiro Arcebispo de Évora no Domínio Filipino (1578-1602)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Hobsbawm, Eric. 2012. *Nations and Nationalism Since 1780, Second Edition: Programme, Myth, Reality (Canto Classics)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kolrud, Kristine, e Marina Prusac. 2014. *Iconoclasm from Antiquity to Modernity*. London: Routledge.
- Leniaud, Jean-Michel. 2002. *Les Archipels du passé. Le patrimoine et son histoire*. Paris: Fayard.

- López-Trujillo, Miguel Ángel. 2006. *Patrimonio. La lucha por los bienes culturales españoles (1500-1939)*. Gijón: Ediciones Trea.
- Machado, Diogo Barbosa. 1930-1935. *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica e Chronologica*. Lisboa: Oficinas Gráficas de Bertrand Irmãos.
- Marques, Cátia Teles e. 2007. *Nos Bastidores da Liturgia Tridentina: O mobiliário monumental e as sacristias em Portugal do século XVI ao XVIII*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Martínez-Justicia, Maria José. 2000. *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*. Madrid: Editorial Tecnos.
- Martins, Ana Cristina. 2003-2005. “As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da arqueologia do Portugal de Oitocentos”. *Archaia* 3-5: 65-85.
- Martins, Ana Cristina. 2003. “Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo) – 1.ª parte”. *Património. Estudos* 5: 32-50.
- Mauriès, Patrick. 2011. *Cabinets of Curiosities*. London: Thames & Hudson.
- McGrew, Timothy, Marc Alspecter-Kelly e Fritz Allhoff. *Philosophy of Science. An Historical Anthology*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Morais, Rui. 2009. “Um caso exemplar: Cenáculo e o colecionismo no Portugal de Setecentos”. *Cadmo. Revista de História Antiga* 19: 9-28.
- Palomo Del Barrio, Federico. 1994. *Poder y Disciplinamento en la Diócesis de Evora: el episcopado de D. Teotónio de Bragança*. Madrid: Universidad Complutense.
- Pereira, Ricardo Estevam. 2013. “A descoberta do “túmulo de São Torpes” em 1591”. In *Arqueologia em Portugal 150 Anos*, editado por José Morais Arnaud, Andrea Martins e César Neves, 49-56. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Raguin, Virginia Chieffo. 2016. *Art, Piety and Destruction in the Christian West, 1500-1700 (Visual Culture in Early Modernity)*. Londres: Routledge.
- Réau, Louis. 1994. *Histoire du vandalisme. Les monuments détruits de l'art français*. Paris: Éditions Robert Laffont.
- Rodrigues, Manuel Augusto. 1981. *Do Humanismo à Contra-Reforma em Portugal*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.
- Schaer, Roland. 1993. *L'Invention des musées*. Paris: Gallimard.
- Serrão, Adriana Veríssimo. 2001. “Ideias estéticas e doutrinas da arte nos séculos XVI e XVII”. In *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. II (*Renascimento e Contra-Reforma*), dirigido por Pedro Calafate, 337-384. Lisboa: Editorial Caminho.
- Serrão, Vitor. 2012. “Impactos do Concílio de Trento na arte portuguesa entre o Maneirismo e o Barroco (1563-1750)”. In *O Concílio de Trento em Portugal e nas Suas Conquistas: Olhares novos (Actas do Seminário no âmbito das comemorações dos 450 anos sobre a clausura do Concílio de Trento, 1563-2013)*, editado por José Pedro Paiva, 103-134. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- Silva, Carlos Tavares da e Joaquina Soares. 1981. *Pré-história da Área de Sines. Trabalhos arqueológicos de 1972-77*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

- Sloan, Kim (ed.). 2003. *Enlightenment. Discovering the World in the Eighteenth Century*. London: The British Museum.
- Soares, Nair de Nazaré Castro. 2014. "O primeiro humanismo ibérico". In *Aires Barbosa na Cosmópolis Renascentista*, editado por Italo Pantani, Margarida Miranda e Henrique Manso, 9-32. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Solís, Carlos e Manuel Sellés. 2005, 2007 e 2008. *Historia de la ciencia*. Madrid: Editorial Espasa Calpe.
- Trigger, Bruce G. 1992. *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Veiga, Carlos Margaça. 2005. *A Herança Filipina em Portugal*. Lisboa: CTT – Correios de Portugal.